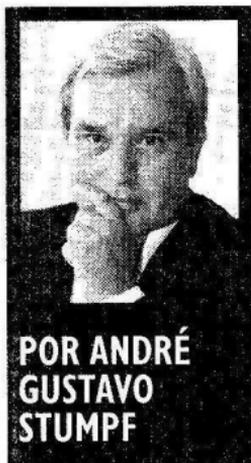


BRASILIA-DF



POR ANDRÉ
GUSTAVO
STUMPF

O RESULTADO DA
COMISSÃO DE
SINDICÂNCIA SOBRE
VIOLAÇÃO DO PAINEL
ELETRÔNICO DO
SENADO É PRECÁRIO.
OS ACUSADOS NÃO
FORAM OUVIDOS

stumpf@cldata.com.br

Excessiva concentração de poder

Uma série de fatores, ocorridos nos últimos anos, fez com que o poder institucional brasileiro se concentrasse no Senado da República. O atual presidente foi senador. Itamar Franco também. Sarney foi e voltou a ser. Apenas Collor não experimentou a antiga doce vida na câmara alta. Saiu da Câmara dos Deputados para o governo de Alagoas e de lá para o Planalto. Seu governo não terminou.

Por essa razão, os senadores estão comendo o figado, uns dos outros. A Casa está sofrendo violento processo de desgaste perante a opinião pública. Nas últimas semanas Antonio Carlos e Jader Barbalho se revezaram nas posições de acusado e acusador. José Roberto Arruda estreou na tribuna ontem, sob forte emoção, sua condição de réu.

A história da violação do painel eletrônico do Senado está longe de ser contada. Semanas após a cassação de Luiz Estevão, o senador Arruda dizia a quem lhe perguntasse, que sua colega de Alagoas, Heloisa Helena, tinha votado contra aquele ato extremo. No final do ano passado, ele mantinha a mesma opinião. Aparentava saber quem havia votado em quem. O Senador Antonio Carlos Magalhães disse aos procuradores possuir a relação dos votantes.

Basófilas? Tive o cuidado de perguntar ao senador brasileiro o que lhe dava tanta certeza de que Heloisa Helena teria votado contra a cassação de Estevão. Ele afirmava que Antonio Carlos tinha uma lista pessoal feita por intermédio de entrevistas que ele próprio conduzira quando na presidência do Senado. E informações de Renan Calheiros, senador do PMDB de Alagoas. Renan desmente. Afirma sua certeza de que ela votou pela cassação de Luiz Estevão.

O depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges é verossímil. O senador Arruda reside na SQS 114 e Domingos Lamoglia é seu assessor de confiança há muitos anos. Nenhum funcionário do Senado tem condições de se negar a cumprir ordens do presidente da Casa ou do líder do governo. Um e outro são poderosos.

Mas indignado discurso de Arruda levantou alguns pontos processuais importantes. As pessoas acusadas pela ex-diretora Regina Célia Borges, no processo instaurado na comissão de sindicância, não foram ouvidas. Isto pode gerar nulidade. Sugere acerto político. Não houve contraditório. A ex-diretora, dias antes, prestou depoimento em sentido contrário. Afirmou que não havia sofrido pressão de nenhum senador para fazer o que fez.

O tiroteio estabelecido no Senado da República provoca situações extremas como esta. Os peritos da Unicamp revelam que o painel foi violado. Indicaram diversas maneiras de fraudar votações. Mas só parte do inquérito aparece. A pessoa que teria a lista embora trabalhe na liderança do governo, perto do plenário, não foi convidada a depor. A nulidade do processo administrativo parece missa encomendada. A fogueira de vaidades continua ardendo.